

Título:

CONFIANÇA E PERCEPÇÃO DO EXECUTIVO NA AMÉRICA: ESTUDO COMPARADO ENTRE OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS.

Autores:

Alexandre Goes, alexandregoes18@gmail.com, Universidade Federal da Bahia – Brasil.

Enrique Rubio, enriquerumtz@gmail.com, Universidad de Guadalajara – México.

Raísa Santos, raisa_fsantos@hotmail.com, Universidade Federal da Bahia – Brasil.

Área temática:

Política Comparada

Resumo:

O presente artigo tem por finalidade discutir, com base na literatura especializada, as relações institucionais de países da América Latina (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela), pondo em foco o Executivo acerca do fenômeno do *hiperpresidencialismo*. Na intenção de contribuir com o debate e talvez iluminar uma face do tema, iremos apresentar resultados parciais de pesquisa comparativa sobre a opinião pública em relação a proposições que tangenciam a temática do *hiperpresidencialismo*. A proposta metodológica do trabalho parte de uma análise descritiva e explicativa de recentes fatos históricos e políticos ocorridos na América Latina no que concerne à ação do poder Executivo, construindo um quadro analítico contendo informações relevantes da democracia de cada país. A análise desse levantamento foi realizada à luz do aporte teórico-metodológico da democracia, da teoria da cultura política, da pesquisa comparada e com base em dados de pesquisa de opinião pública disponibilizados pelo *Latinobarômetro* e *Bti-index*.

Podemos evidenciar como resultado provisório o dado de que a confiança da opinião pública latino-americana no governo possui variações de um país a outro. No entanto, é notável que nenhum país da América Latina posta em análise possui alta confiança no Governo - a despeito dos impulsos de hiperpresidencialismo que se apresenta em diferentes graus nos respectivos países.

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo é apresentar resultados parciais de uma pesquisa sobre a democracia na América Latina que busca destacar aspectos institucionais e de cultura política de dezoito (18) países latino-americanos (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela), particularmente em relação ao papel do Executivo no sistema político desses respectivos países.

É importante mencionar que extensa literatura (CAVAROZZI, 2010; MELO, 2010; LAMOUNIER, 2010; IAZZETTA, 2010; MÁRQUES, 2010; NINO, 1992; PENFOLD, 2010) tem dissertado sobre a capacidade do Executivo de conduzir o processo político, mencionando a tendência de o Executivo governar por decretos, com estilo populista e potencial conflito com o Legislativo. De acordo com esta literatura, esse *hiperpresidencialismo*¹ na América Latina tem impulsionado crises de instabilidade e governabilidade na região. Destarte, esse fato estaria relacionado ao desempenho destas democracias.

O fenômeno do *neopopulismo* – conforme definido por Baquero (2011) – tem afetado a dinâmica política de as democracias latino-americanas. O impacto com que estes fenômenos atingem o processo democrático na América Latina nos faz apontar o diagnóstico no qual passa a ver o exercício democracia nesta região de modo a ser problematizado.

A despeito da institucionalização dos procedimentos democráticos, as democracias latino-americanas convivem com ausência de alguns direitos básicos de cidadania e com a presença de práticas tradicionais e autoritárias, numa conjuntura social adversa marcada pela pobreza e desigualdades sociais. Diante desse quadro, a pesquisa propõe investigar as seguintes questões: qual a percepção da opinião pública acerca das experiências institucionais democráticas? Existe relação entre a percepção da opinião pública sobre a democracia e a experiência de hiperpresidencialismo?

A proposta metodológica do trabalho parte de uma análise descritiva e explicativa de recentes fatos históricos e políticos ocorridos na América Latina no que concerne à ação do poder Executivo, construindo um quadro analítico contendo informações relevantes da democracia de cada país. A análise desse levantamento foi realizada à luz do aporte teórico-metodológico da democracia, da teoria da cultura política (ALMOND & VERBA, 1989), da pesquisa comparada (EASTON, 1968) e com base em dados de pesquisa de opinião pública disponibilizados pelo *Latinobarômetro*² e *Bti-index*.

O método comparativo mostrou-se útil no desenvolvimento da pesquisa, pois permitiu comparar sistemas políticos, independentemente das diferenças culturais, históricas, econômicas e políticas, seja pela maximização das semelhanças e/ou das diferenças dos fenômenos, no espaço ou no tempo, de forma sincrônica ou diacrônica, tendo em vista entender, explicar e prever tais fenômenos. Ademais, optou-se por selecionar os dados de 2010 no *Latinobarômetro* e, desta forma, o eixo comparativo foi construído com base nas notícias e relatórios deste período.

ANTECEDENTES

Na América Latina a partir da recomposição dos grupos de direita a uma transição integral no período de Pós-Guerra, elementos nativos e nacionalistas foram constituindo um plano de atuação no qual estava circunscrito ao projeto parecido a um modelo de democracia funcional

¹ O *hiperpresidencialismo* consiste o fenômeno no qual o presidente congrega prerrogativas que supostamente não estariam dentro de sua tarefa na divisão fazendo com que o Executivo haja, por exemplo, de modo a legislar.

² *Latinobarômetro* é um programa de pesquisa de opinião pública que aplica anualmente cerca de 20.000 entrevistas em 18 países latino-americanos que representam mais de 600 milhões de pessoas. A Corporação *Latinobarômetro* investiga o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade como um todo, por meio de indicadores que medem as atitudes públicas, valores e comportamentos.

(BEIRED, 2010; LINZ, 1980; STEPAN, 1980). Esse modelo de democracia funcional não deve ser confundido com o processo de transição dos regimes autoritários da região à democracia liberal. Ser antiliberal não significa ser antidemocrático e, como em alguns casos, a ditadura que aqueles regimes mantiveram poderia considerar-se como tentativas republicanas, já que, no discurso, viam a nação como uma totalidade, sem representar interesses particulares e quebrando a relação entre política e sociedade civil devido à incapacidade dos políticos de conseguir os interesses nacionais (LEYDET, 2004; LINZ, 1980; SCHMITT, 1996). Por sua vez, esses novos regimes de pós-guerra tomariam elementos administrativos que corresponderiam ao modelo corporativista e, por sua vez, os regimes com presença militar terminariam escolhendo um padrão moderado de coesão. (LINZ, 1980; STEPAN, 1980)

Os regimes corporativistas, vinculados ao estatismo orgânico, referem-se “a um conjunto particular de políticas e disposições institucionais para estruturar a representação dos interesses [governamentais]” (STEPAN, 1980: 71). Essa representação de interesses é possível a partir da estruturação estatal de grupos de representação, os quais tenderam a ter um monopólio representativo de certos interesses, aglomerando diversos grupos sob um mesmo grupo ao controle e regulação do Estado (LINZ, 1980; STEPAN 1980). Portanto, esses regimes permitem mais liberdade para a articulação de interesses específicos governamentais e proporcionam maior autonomia às instituições representativas devido ao monopólio de representação protegido pelo Estado.

É importante ressaltar que após a Segunda Guerra Mundial, o corporativismo apresentou-se como uma terceira alternativa à democracia liberal e ao socialismo, embora tenha sido relacionado com o fascismo. Esse período suporta o argumento de Stepan (1980), para quem, o surgimento do corporativismo compreende-se melhor considerando-se a crise na qual estavam as elites para conseguir um reequilíbrio e reestruturação das relações entre a sociedade e o Estado.

No período anterior à democratização destaca-se que o presidencialismo funcionava por meio de regras à margem do ordenamento constitucional. Tratando-se de um presidencialismo paraconstitucional (CAVAROZZI, 2010), no qual o presidente mostrava-se enquanto papel central no jogo político. Esse jogo se mantinha a partir de alguns mecanismos: corporativos, canais partidários, clientelistas e de identificação direta com o presidente. Conforme os países (Equador, o Peru, a Bolívia, o Chile, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Brasil) se abriam para a redemocratização as regras formais da democracia tomavam forma. Desta maneira, os presidentes das nações latino-americanas começaram a ocupar cargos respaldados por eleições livres.

MARCO TEÓRICO

De acordo com Marcus André Melo (2010), o hiperpresidencialismo e as estratégias de administração das coalizões são elementos-chave para a governabilidade nestes países. A concentração de autoridade em mãos do Executivo, as violações à liberdade de imprensa, a corrupção generalizada, os supostos vínculos entre funcionários públicos e os cartéis das drogas, a ingerência política por parte dos presidentes nas Supremas Cortes de Justiça e dos congressos e o controle das massas atestam o quadro latino-americano. Para este autor, há na América Latina: aquelas “democracias não liberais” ou iliberais. Na realidade, uma combinação de eleições relativamente livres com abusos de poder por parte do Poder Executivo – conforme se expressa em Venezuela, Bolívia e Equador.

Recentes estudos buscam analisar a qualidade da democracia a partir de algumas variáveis específicas, como a satisfação dos cidadãos com o desempenho do regime democrático, a confiança nas instituições democráticas e a participação política, de modo a compreender os fatores envolvidos na consolidação da democracia de um país. Na América Latina existe uma série de pesquisas realizadas de forma sistemática, desde os anos 1990, com o objetivo de

avaliar as percepções, os valores e as atitudes políticas dos cidadãos em relação à democracia e ao funcionamento das instituições políticas. Tais pesquisas de opinião fornecem importantes subsídios sobre a cultura política latino-americana e permitem um estudo cada vez mais sistematizado e comparativo dos aspectos substantivos da democracia entre os países, revelando uma dinâmica sobre a relação entre o desempenho das instituições e o grau de satisfação dos cidadãos acerca da democracia.

Com base no contexto político, na literatura e nos dados disponibilizados pelo *Latinobarómetro* a pesquisa buscou traçar um perfil da democracia latino-americana, explicitando os indicadores da qualidade das instituições políticas – relacionadas ao Executivo – e do desempenho do regime democrático na América Latina.

Marcelo Cavarozzi (2010) argumenta que nos anos 1990, já começada a transição democrática na América Latina, enfrentaram-se ondas de instabilidade política, marcada por processos de impeachment de presidentes das diferentes Repúblicas: Fernando Collor de Mello (Brasil), Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Ernesto Samper (Colômbia), Abdalá Bucaram (Equador) e Raúl Cubas e Luis González Macchi (Paraguai). No entanto, a instabilidade política na região é histórica e crônica: desde o declínio dos regimes oligárquicos até os anos 1960 e, em seguida, do regime autoritário até a redemocratização.

Historicamente, no presidencialismo latino-americano é possível notar que se o poder executivo não tiver apoio do poder legislativo instala-se uma crise de instabilidade e de governabilidade no qual passa a governar por decretos e aproximação das massas. Em geral, os presidentes possuem amplos poderes proativos (apresentar leis específicas, emitir decretos, definir agenda) e poderes reativos (poder de veto).

De certo que a noção de Executivo é mais realista quando referenciada em termos relacionais. Isto quer dizer que ao falarmos do papel do Executivo na condução do processo político estamos a considerar as agências governamentais, os atores políticos e os interesses privados na formulação de um pacto social de desenvolvimento.

O descontentamento com o funcionamento atual da democracia abre caminho para a deslegitimação da democracia representativa e para o surgimento de políticas plebiscitárias e neopopulistas. Mas está claro que os problemas atuais não são causados pela natureza dos sistemas presidenciais. A democracia não funciona em um vácuo social e normativo. São necessárias normas sociais de tolerância, porque são elas que promovem a cooperação e a coordenação. Por outro lado, a cooperação bem-sucedida estimula por si mesma, e em um círculo virtuoso, uma maior tolerância e, portanto, mais tolerância.

De acordo com Álvaro Moisés (2010) a desconfiança social para com o governo é resultado do desacredito social nas instituições, marcando uma distância entre os cidadãos e os mecanismos de representação democráticos. A causa desse distanciamento surge um tipo de cidadão que só espera receber benefícios do governo, desistindo de participar na esfera política e reforçando uma organização sociopolítica autoritária. Para Moisés (2010) o desempenho das instituições é vital para a geração de confiança da cidadania no sistema político e para o funcionamento da sociedade.

Moisés (2010), ao tratar da noção confiança, elabora três teorias explicativas, a saber, Teorias sócio-psicológicas, Teorias socioculturais e teorias institucionais, de como a noção de confiança consolidaria uma democracia:

O fato de as pessoas confiarem umas nas outras – e, dessa forma, também em autoridades e em lideranças políticas – funcionaria como um elemento facilitador para que os membros da comunidade política ou de grupos específicos adotassem formas de ação comum capazes de gerar, no primeiro caso, virtude cívica reforçadora do sistema democrático e, no segundo, a acumulação de experiência necessária à produção de benefícios particulares esperados pelos grupos envolvidos. (Moisés, 2010: 39).

Para o autor, a confiança significaria a coesão social indispensável ao funcionamento das sociedades modernas e complexas.

O fenômeno assume maior relevância ao se manifestar nas sociedades modernas, complexas e diferenciadas de forma *generalizada*. Neste caso, a confiança social estende os seus efeitos não apenas a amigos ou conhecidos integrantes de grupos específicos, mas a estranhos que, na condição de cidadãos, integram a comunidade política. (Moisés, 2010: 39).

As instituições têm um bom desempenho quando funcionam como um marco de previsibilidade da ação governamental, bem como quando se fundamentam na legitimidade, imparcialidade, universalismo, probidade e justiça, gerando mais confiança e, portanto, criando um círculo virtuoso (Ponte, 2010). Assim, “sem confiança não existe a participação voluntária dos cidadãos para formar parte das instituições que defendem seus interesses”. (Ponte, 2010).

DESCRIÇÃO DEMOGRÁFICA E MACROECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA

O objetivo da descrição demográfica e macroeconômica aqui empreendida é evidenciar os indicadores sociais dos países latino-americanos e articulá-los aos dados dos níveis de confiança apontados no desenvolvimento desta pesquisa. Conforme a ser visto na tabela 3, observamos que o nível de desconfiança em instituições se reduz quando indicadores sociais, como renda real per capita, é mais baixo; isto quer dizer que a pobreza, as desigualdades sociais e a corrupção afetam a qualidade dos governos na maioria dos países pesquisados.

Com base no *Relatório do Desenvolvimento Humano* e informações contextuais que circunscrevem o quadro político dos países em questão elaboramos uma lista com os dezoito (18) países latino-americanos, que poderá servir de mapa para uma descrição mais informada sobre tais países.

- **Argentina**

O período analisado estava marcado pela continuidade do crescimento econômico e melhora nos indicadores socioeconômicos. Desde 2007 quando Cristina Kirchner assumiu a presidência, as tensões políticas e sociais aumentaram, tendo forte mobilização sindical. Nota-se que a forte fragmentação do sistema partidário argentino e o elevado ativismo do executivo, a figura da presidente, nos processos de condução política da Argentina.

FIGURA 1

Principais Indicadores da Argentina					
População (mn.)	39,5	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,87	PIB per capita (\$)	13238
POP. crescimento (% aa)	0,9	IDH de 182	49	Índice de Gini	50,0
Expectativa de vida(anos)	75	Índice de Educação da ONU	0,95	Pobreza (%)	11,3
Urban pop (%)	91,8	A igualdade de gênero	0,69	PIB per capita (%)	2,1

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

- **Brasil**

Em 2010, o Brasil se tornou a quinta maior economia do mundo – situação caracterizada pelo avanço na área macroeconômica que fora aquecida por políticas públicas voltadas para o investimento, com o crescimento do PIB em 7,5%. Com alta taxa de popularidade, o presidente Lula encerrou o seu mandato conseguindo eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, que foi a primeira mulher presidente do Brasil. As eleições para a composição do Congresso Nacional após as eleições de 2010 indicaram coalizão governista ampliada, tanto na Câmara quanto no Senado.

FIGURA 2

Principais Indicadores do Brasil

População (mn.)	190,1	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,81	PIB per capita (\$)	9684
POP. crescimento (% aa)	1,0	IDH de 182	75	Índice de Gini	55,0
Expectativa de vida(anos)	72	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza (%)	12,7
Urban pop (%)	85,1	A igualdade de gênero	0,50	PIB per capita (%)	1,6

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

- **Bolívia**

Desde 2005, o presidente Evo Morales assumiu o poder. Na política boliviana, o executivo tende a ser mais forte que o congresso, que se limita a debater e aprovar as iniciativas legislativas do presidente.

Em 2010, existiam dois fatores que complicam a separação de poderes: a transição para uma nova constituição, que atualmente concluiu, e o fato de que as novas instituições do estado ainda estão se consolidando; o grande apoio popular a Morales e ao partido, mas resultou na maioria nas duas câmaras do novo parlamento, em 2009. Além disso, o executivo sempre tendeu a interferir no legislativo e no judiciário e no governo de Morales, não é diferente. O poder central é controlado pelos governos subnacionais e organizações sociais. O judiciário continua sendo o mais fraco dos três poderes, com independência restrita, mas há esperança com a nova constituição. A nova constituição da Bolívia foi aprovada em 2009 com 60% no referendo. Ela determinou que os membros dos órgãos judiciais superiores fossem eleitos pelo voto popular, inclusive a Suprema Corte e o Tribunal Constitucional.

FIGURA 3

Principais Indicadores da Bolívia

População (mn.)	9,5	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,73	PIB per capita (\$)	4014
POP. crescimento (% aa)	1,7	IDH de 182	113	Índice de Gini	58,2
Expectativa de vida(anos)	66	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza (%)	30,3
Urban pop (%)	65,1	A igualdade de gênero	0,51	PIB per capita (%)	50,1

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

- **Chile**

Sebastián Piñera foi eleito presidente do Chile em 2009 após um longo período de vinte anos no qual a oposição manteve-se no comando. Importante lembrar que o início do mandato de Piñera se deu logo após o devastador terremoto, de fevereiro de 2010; esta circunstância que redefiniu as prioridades do governo quanto às políticas nacionais. Em situações como estas, a possibilidade do presidente mostra-se mais ativo aumenta, em função do clamor nacional.

FIGURA 4

Principais Indicadores do Chile					
População (mn.)	44,0	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,81	PIB per capita (\$)	8587
POP. crescimento (% aa)	1,3	IDH de 182	77	Índice de Gini	58,5
Expectativa de vida (anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,88	Pobreza (%)	27,9
Urban pop (%)	74,2	A igualdade de gênero	0,49	PIB per capita (%)	16,6

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

- **Colômbia**

Durante o período de 2007 a 2009, a crise econômica internacional teve um impacto sobre as taxas de crescimento da Colômbia. Nota-se que a violência urbana ainda é um problema grave a ser enfrentado pelas autoridades políticas colombianas. No entanto, houve sucesso na liberação de reféns e na luta contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo guerrilheiro, apesar de que a atuação de entidades internacionais de interesse humanitário terem desempenhado importante papel nas negociações. A reforma do sistema político esteve em debate e variadas propostas entraram em discussão: desde aquela que impulsiona a participação das mulheres no parlamento àquelas que visam restringir a participação dos partidos políticos e criar mecanismos facilitadores, ao Executivo, no jogo político.

FIGURA 5

Principais Indicadores da Colômbia					
População (mn.)	44,0	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,81	PIB per capita (\$)	8587
POP. crescimento (% aa)	1,3	IDH de 182	77	Índice de Gini	58,5
Expectativa de vida (anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,88	Pobreza (%)	27,9
Urban pop (%)	74,2	A igualdade de gênero	0,49	PIB per capita (%)	16,6

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

- **Costa Rica**

Entre os anos de 2007 e 2009, os eventos políticos e econômicos da Costa Rica estiveram relacionados ao *Acordo de Livre Comércio da América Central* (CAFTA). Para aprovar este acordo, os políticos de Costa Rica empreenderam disputas políticas cuja resolução se deu em referendo – apoiado pelo presidente Arias que redirecionou sua estratégia legislativa para garantir a aprovação da lei. No período, o crescimento econômico manteve-se forte, e aliado aos programas sociais, conseguiu transformar positivamente os indicadores sociais. Em 2010, a eleição de Laura Chinchilla Miranda, vice-presidente da República no mandato anterior, manteve a tendência política do país, a do *Partido Liberación Nacional* que obteve o maior número de cadeiras nas eleições parlamentares.

FIGURA 6

Principais Indicadores da Costa Rica					
População (mn.)	4,5	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,85	PIB per capita (\$)	10842
POP. crescimento (% aa)	1,4	IDH de 182	54	Índice de Gini	47,2
Expectativa de vida(anos)	79	Índice de Educação da ONU	0,88	Pobreza (%)	8,6
Urban pop (%)	62,7	A igualdade de gênero	0,69	PIB per capita (%)	11,8

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

- **El Salvador**

Em 2007 e 2008, o governo de El Salvador avançou na consolidação da economia de livre mercado, no entanto avançou pouco em questões como as reformas sociais e políticas. Em 2009, Carlos Mauricio Funes Cartagena – da *Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional* (FMLN) - derrota a coalizão que governava o país desde 1989 e se torna presidente de El Salvador. O ativismo de Cartagena compreende o desafio de superar os problemas socioeconômicos persistentes, além de aprofundar aspectos da democracia no país.

FIGURA 7

Principais Indicadores de El Salvador					
População (mn.)	6.1	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,75	PIB per capita (\$)	6514
POP. crescimento (% aa)	0.4	IDH de 182	106	Índice de Gini	49,7
Expectativa de vida(anos)	71	Índice de Educação da ONU	0,79	Pobreza (%)	20,5
Urban pop (%)	60.4	A igualdade de gênero	0,53	PIB per capita (%)	12,9

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

- **Equador**

O presidente Rafael Correa concentra poder em torno de si. As crises econômicas e política da década de 90 ajudaram a ascensão de Correa como aquele que iria “pôr fim ao neoliberalismo”. Há fraqueza da estrutura da separação dos poderes e também concentração desses poderes nas mãos do presidente. O conceito de governo é plebiscitário e envolve a

subordinação dos poderes ao presidente, que pode contar com o apoio de eleitores. O judiciário mantém certa independência em relação ao Legislativo e ao Executivo. Neste período foi aprovada uma nova Constituição que fortaleceu o presidente e também fortaleceu o papel do Estado como ator econômico, social e político, promovendo a criação de direitos. A separação dos poderes se enfraqueceu em decorrência da concentração de poder nas mãos de Correa que adere à concepção de que os outros poderes devem ser subordinados ao presidente.

FIGURA 8

Principais Indicadores do Equador					
População (mn.)	13,3	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,81	PIB per capita (\$)	7437
POP. crescimento (% aa)	1.0	IDH de 182	80	Índice de Gini	54.4
Expectativa de vida(anos)	75	Índice de Educação da ONU	0,87	Pobreza (%)	12.8
Urban pop (%)	64.9	A igualdade de gênero	0,61	PIB per capita (%)	16.1

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

• Guatemala

A Guatemala continua a ser, mesmo depois de 20 anos após a abertura democrática, um dos países mais violentos da região. A segurança pública e controle da violência atuam como entraves para o desenvolvimento democrático do país, já que o país continua com sequelas do conflito armado que terminou na década de noventa (GUTIERREZ&STAHL, 2011). O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, publicado em 2008, levantou dúvidas sobre o modelo de desenvolvimento econômico mediante queda de 5,7% em 2007 para 3,3% em 2008. De acordo com os dados da CEPAL, publicado pelo Bti-Project, a inflação subiu para 10,9% em 2008 e os salários mínimos reais caíram 11%.

FIGURA 9

Principais Indicadores da Guatemala					
População (mn.)	13,3	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,70	PIB per capita (\$)	4589
POP. crescimento (% aa)	2.4	IDH de 182	122	Índice de Gini	53.7
Expectativa de vida(anos)	70	Índice de Educação da ONU	0,72	Pobreza (%)	24,3
Urban pop (%)	48,1	A igualdade de gênero	-	PIB per capita (%)	33,7

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

• Honduras

O presidente Porfirio Lobo Sosa, do *Partido Nacional de Honduras*, foi eleito em 2009 depois do golpe de estado e assumiu em 2010. O chamado golpe militar em Honduras em 2009, assim considerado por resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas – ONU e pela Organização de Estados Americanos – OEA. Foi um acontecimento desencadeado quando o Exército, em cumprimento a um mandado de prisão emitido pelo Poder Judiciário, prendeu o presidente Manuel Zelaya na manhã de 28 de junho de 2009. Zelaya foi deposto depois de contrariar a

elite e o Congresso de Honduras com suas tentativas de ampliar o limite de mandatos presidenciais. A estrutura social, econômica e política estão dominadas por uma pequena elite oligárquica através do clientelismo, corrupção e informalidade.

FIGURA 10

Principais Indicadores de Honduras					
População (mn.)	7.1	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,73	PIB per capita (\$)	3796
POP. crescimento (% aa)	1.9	IDH de 182	112	Índice de Gini	55.3
Expectativa de vida(anos)	70	Índice de Educação da ONU	0,81	Pobreza (%)	29,7
Urban pop (%)	47,4	A igualdade de gênero	0,59	PIB per capita (%)	65,3

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

• México

O presidente Felipe Calderón, eleito em 2006, testemunhou o crescimento de 5,5%, em 2010, da economia do México – maior taxa de expansão registrada pelo país em uma década. O avanço do Produto Interno Bruto (PIB) veio acima da expectativa dos analistas, ajudado pela economia americana, que também mostrou crescimento além do esperado no período. Apenas no quarto trimestre, o PIB mexicano avançou 4,6% em relação ao mesmo período de 2009. A recuperação de 2010 ocorre logo após uma queda histórica de 6,1% em 2009, quando o país sentiu os efeitos da crise econômica mundial.

Em 2010, Felipe Calderón reconheceu que foi o ano com “o maior número de mortes violentas no país” em decorrência da guerra contra cartéis de drogas. O ativismo de Calderón contra o narcotráfico mostrou-se intenso no período analisado já que foi uma das grandes prioridades da administração.

FIGURA 11

Principais Indicadores do México					
População (mn.)	105,3	HDI	0.85	PIB per capita (\$)	14104
POP. crescimento (% aa)	1.0	IDH de 182	53	Índice de Gini	48,1
Expectativa de vida(anos)	75	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza (%)	4.8
Urban pop (%)	76,9	A igualdade de gênero	0.55	PIB per capita (%)	1.2

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

• Nicarágua

O presidente Daniel Ortega Saavedra (segundo mandato) - *Frente Sandinista para Libertação Nacional* (FSLN) - a partir de 2007 passou a ter controle de maior parte da Corte Suprema Eleitoral, o que pode lhe dar acesso a registros eleitorais, mesas de votação, etc. O que atrai críticas fortes da oposição. A oposição declarou que as eleições municipais de 2008 eram fraudulentas, a perseguição da mídia e da ONGs ao presidente e também a decisão duvidosa da Suprema Corte de Justiça em permitir, em 2010, que o presidente pudesse se reeleger nas eleições de 2011. Durante o período avaliado (2008-2009), o Executivo passou por cima da

constituição para pressionar a imprensa e consolidou conselhos de democracia direta formados quase que exclusivamente pelos aliados da Frente Sandinista. Depois de Daniel Ortega, todas as instituições foram politizadas pelos partidos ligados ao pacto, inclusive o judiciário e o conselho eleitoral.

Além dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, existe o Conselho Eleitoral que se apresenta como um quarto poder. Antes de Ortega, havia um equilíbrio formal entre os poderes. Agora não existe mais, o executivo comete abusos de poder sem consequências. A presidência não sofre a pressão dos balanços e contrapesos desde que há a aliança.

FIGURA 12

Principais Indicadores da Nicarágua					
População (mn.)	5,6	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,70	PIB per capita (\$)	2570
POP. crescimento (% aa)	1,3	IDH de 182	124	Índice de Gini	52,3
Expectativa de vida(anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,76	Pobreza (%)	31,8
Urban pop (%)	56,5	A igualdade de gênero	0,54	PIB per capita (%)	148,7

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009

• Panamá

A estabilidade política e o forte desempenho macroeconômico do Panamá nos últimos anos possibilitaram que houvesse uma redução das discrepâncias sociais no país. O presidente Ricardo Martinelli, eleito em junho de 2009, mostra-se empenhado no aproveitamento geopolítico e estratégico do Panamá em relação ao alargamento em curso do Canal que une os oceanos Atlântico e Pacífico.

O sistema democrático do Panamá frequentemente vê empecilhos como o crime e a corrupção para desenvolver-se.

FIGURA 13

Principais Indicadores do Panamá					
População (mn.)	3,3	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,84	PIB per capita (\$)	11391
POP. crescimento (% aa)	1,6	IDH de 182	60	Índice de Gini	54,9
Expectativa de vida(anos)	76	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza (%)	17,8
Urban pop (%)	72,4	A igualdade de gênero	0,60	PIB per capita (%)	-40,4

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

• Paraguai

Notamos que o Paraguai estava passando por um período de transição política. Em 20 de abril de 2008, após 61 anos no poder, o Partido Colorado perdeu as eleições presidenciais. Fernando Lugo, ex-bispo e candidato representando uma ampla coalizão de partidos e organizações sociais, venceu a eleição com 41% dos votos expressos. Fernando Lugo enfrentou dificuldades,

em decorrência da falta de apoio do Parlamento, no entanto procurou insistir em favor de programas de reformas de cunho populista.

FIGURA 14

Principais Indicadores do Paraguai					
População (mn.)	6,1	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,76	PIB per capita (\$)	4433
POP. crescimento (% aa)	1,7	IDH de 182	101	Índice de Gini	53,2
Expectativa de vida(anos)	72	Índice de Educação da ONU	0,87	Pobreza (%)	14,2
Urban pop (%)	59,7	A igualdade de gênero	-	PIB per capita (%)	17,6

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

• Peru

O presidente Alan García Pérez eleito pelo APRA para assumir mandato entre 28 de julho de 2006 a 28 de julho de 2011. Com forte crescimento registrado nos últimos anos, o Peru vem ganhando cada vez mais espaço no cenário econômico do continente. Desde 2005, o PIB peruano vem registrando crescimento superior a 6% (com a exceção de 2009, quando a expansão foi de 0,9%). Em 2010, a taxa de crescimento foi de 8,8%, sendo superado apenas pelo Paraguai, que cresceu 15,2% e pela Argentina que avançou 9,2%. Entre as razões para o fortalecimento da economia do país andino estão o aumento de acordos de livre comércio e a variação positiva dos preços das commodities. Alan García deixa legado de crescimento não isento de conflitos. Apesar do crescimento de 8,7% em 2010, país ainda enfrenta conflitos sociais, ambientais e problemas de corrupção.

Na opinião do sociólogo Julio Cotler, "o paradoxo do desenvolvimento peruano" justifica-se por um problema de redistribuição econômica, porque os salários caíram 10% em uma década, enquanto os lucros empresariais subiram 30%, mas também, segundo ele, por falta de liderança política. Nos centros urbanos, onde está a maior parte do eleitorado peruano, as principais reivindicações são por postos de trabalho e segurança, além de progressos nos deficientes sistemas de saúde e educação.

FIGURA 15

Principais Indicadores do Peru					
População (mn.)	28,5	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,81	PIB per capita (\$)	7668
POP. crescimento (% aa)	1,2	IDH de 182	78	Índice de Gini	49,6
Expectativa de vida(anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,89	Pobreza (%)	18,5
Urban pop (%)	59,7	A igualdade de gênero	0,63	PIB per capita (%)	9,4

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

- **República Dominicana**

Destaca-se o então presidente Antonio Leonel Fernández Reyna, eleito pelo *Partido de La Liberación Dominicana*.

Em 2010, a economia dominicana demonstrou a sua força e dinamismo ao apresentar um crescimento econômico preliminar de 7,8%. A recuperação da economia dominicana seguiu-se em 2010. A diferença com o ano anterior, quando os setores da economia focada em atender as necessidades dos dominicanos foram os setores que apresentaram maior dinamismo e crescimento em 2010, todos os setores econômicos, tanto internos quanto externos, foram registrados dinamismo e crescimento.

FIGURA 16

Principais Indicadores da República Dominicana					
População (mn.)	3.3	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,87	PIB per capita (\$)	11480
POP. crescimento (% aa)	0.3	IDH de 182	50	Índice de Gini	46,2
Expectativa de vida(anos)	76	Índice de Educação daONU	0.96	Pobreza (%)	4.2
Urban pop (%)	92,2	A igualdade de gênero	0,54	PIB per capita (%)	10.2

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development Indicators, 2009.

- **Uruguai**

O presidente Tabaré Vázquez, eleito em 2005, obteve elevado apoio do eleitorado no decorrer de seu mandato. Com uma eficiente equipe de profissionais experientes, Vázquez conseguiu aprovar a legislação para reforma, no intuito de equilibrar os incentivos de mercado e responsabilidade social e modernizar as instituições e tornar o país. O Uruguai é uma democracia consolidada sob o império da lei, com uma sociedade civil forte, um alto nível de participação e sem defeitos substanciais. Além disso, Vázquez possibilitou uma consolidação mais consistente e sistêmica da economia.

FIGURA 17

Principais Indicadores do Uruguai					
População (mn.)	9,7	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,78	PIB per capita (\$)	7726
POP. crescimento (% aa)	1.1	IDH de 182	90	Índice de Gini	50,0
Expectativa de vida (anos)	73	Índice de Educação da ONU	0,84	Pobreza (%)	15.1
Urban pop (%)	71,3	A igualdade de gênero	0,56	PIB per capita (%)	13.1

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development, 2009.

- **Venezuela**

Após derrota de sua proposta de emenda constitucional em 2007, o então presidente Hugo Chávez tentou acelerar o ritmo das reformas ao *Socialismo Bolivariano*. A situação política da Venezuela, em 2010, esteve relacionada a problemas como a violência urbana, alta inflação e escassez de alimentos. Apesar disto, as eleições parlamentares de 2010 apontaram vitória do chavismo em relação ao desempenho da oposição.

FIGURA 18

Principais Indicadores da Venezuela					
População (mn.)	27,5	IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,84	PIB per capita (\$)	12156
POP. crescimento (% aa)	1,7	IDH de 182	58	Índice de Gini	43,4
Expectativa de vida(anos)	74	Índice de Educação da ONU	0,92	Pobreza (%)	10,2
Urban pop (%)	93,0	A igualdade de gênero	0,58	PIB per capita (%)	2,6

Fontes: PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009. | O Banco Mundial, World Development, 2009.

CONFIANÇA INSTITUCIONAL E OPINIÃO PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA

A partir dos dados fornecidos pelo Latinobarômetro em 2010 elaboramos quatro tabelas, mostradas a continuação, com a percentagem da opinião pública às perguntas selecionadas respectivamente, que evidenciam de modo comparativo o quadro geral da América Latina. Igualmente, optou-se por seguir o ordenamento alfabético para a apresentação dos dados recolhidos correspondentes a cada país, de tal maneira que começamos com a Argentina e terminamos com a República Dominicana em cada uma das tabelas.

A primeira tabela trata a questão da legitimidade do governo de desobedecer a estrutura institucional em situações complicadas. As possíveis respostas a tal pergunta eram: ‘Muito de acordo’, ‘De acordo’, ‘Desacordo’, ou ‘Muito desacordo’.

A segunda tabela foi elaborada a partir do questionamento da possibilidade de existir uma democracia sem um congresso nacional. Neste caso a resposta foi dicotômica, já que as opções de resposta foram as seguintes: ‘Sem Congresso Nacional não pode haver democracia’ ou ‘A democracia pode funcionar sem Congresso Nacional’.

A terceira tabela apresenta a confiança da sociedade civil nos seus respectivos Congressos Nacionais. As possíveis respostas para essa questão foram: ‘Muita confiança’, ‘Alguma confiança’, ‘Pouca confiança’, ‘Nenhuma confiança’.

Por sua vez, a quarta tabela mede a confiança depositada no Governo. A diferença da tabela anterior, as possíveis respostas foram: ‘Alta’, ‘Média’, ou ‘Baixa’ confiança. Porém, a opção de ‘Média’ junta as pessoas que têm ‘alguma’ ou ‘pouca’ confiança no governo, restringindo a opção de ‘Baixa’ para as pessoas com nula confiança no governo.

Tabela 1

		Identificador de país																		
		Suma	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Chile	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Para o governo, é permitido desobedecer a lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil.	Muito de acordo	9,4 %	3,8 %	3,5 %	15,7 %	5,6 %	17,9 %	11,2 %	7,7 %	7,8 %	4,5 %	11,8 %	5,3 %	7,3 %	12,5 %	19,3 %	3,8 %	19,4%	7,4 %	6,0 %
	De acordo	32,3 %	25,8 %	23,7 %	43,4 %	29,9 %	31,0 %	30,2 %	41,0 %	43,4 %	32,9 %	28,9 %	28,4 %	25,6 %	32,5 %	39,7 %	31,4 %	41,1%	29,4 %	24,0 %
	Desacordo	39,8 %	52,8 %	48,2 %	19,9 %	43,9 %	37,7 %	39,9 %	34,5 %	37,8 %	48,8 %	38,3 %	45,3 %	48,4 %	40,1 %	25,5 %	46,8 %	26,6%	42,1 %	41,2 %
	Muito desacordo	18,5 %	17,6 %	24,6 %	21,0 %	20,6 %	13,4 %	18,6 %	16,8 %	10,9 %	13,7 %	21,0 %	21,0 %	18,7 %	15,0 %	15,5 %	18,0 %	12,8%	21,1 %	28,8 %
	Suma	19089 (100%)	1155 (100%)	1107 (100%)	1129 (100%)	1131 (100%)	964 (100%)	1115 (100%)	1137 (100%)	926 (100%)	942 (100%)	935 (100%)	1160 (100%)	901 (100%)	936 (100%)	1157 (100%)	1118 (100%)	984 (100%)	1136 (100%)	1158 (100%)

Fonte: Latinobarômetro, 2010.

Tabela 2

		Identificador de país																		
		Suma	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Chile	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Não pode haver democracia sem um congresso nacional	Sem Congresso Nacional não pode haver democracia	66,3 %	76,2 %	65,6 %	50,5 %	62,5 %	68,2 %	77,6 %	44,4 %	66,4 %	68,8 %	72,2 %	60,0 %	68,4 %	58,3 %	60,5 %	63,3 %	66,3 %	78,4 %	84,6 %
	A democracia pode funcionar sem Congresso Nacional	33,7 %	23,8 %	34,4 %	49,5 %	37,5 %	31,8 %	22,4 %	55,6 %	33,6 %	31,2 %	27,8 %	40,0 %	31,6 %	41,7 %	39,5 %	36,7 %	33,7 %	21,6 %	15,4 %
	Suma	17876 (100%)	1116 (100%)	994 (100%)	1023 (100%)	1040 (100%)	933 (100%)	1075 (100%)	1080 (100%)	859 (100%)	830 (100%)	907 (100%)	1031 (100%)	866 (100%)	873 (100%)	1052 (100%)	1034 (100%)	968 (100%)	1088 (100%)	1106 (100%)

Fonte: Latinobarômetro, 2010.

Tabela 3

		Identificador de país																		
		Suma	Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Chile	Equador	El Salvador	Guatemala	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai	Venezuela
Confiância no Congresso	Muita confiança	6,9 %	4,5 %	3,4 %	8,1 %	5,6 %	17,8 %	3,8 %	2,3 %	2,1 %	4,0 %	13,5 %	3,8 %	5,0 %	8,2 %	4,3 %	0,5 %	6,1 %	15,1 %	16,7 %
	Alguma confiança	28,4 %	35,5 %	26,7 %	37,4 %	27,5 %	30,1 %	37,8 %	21,7 %	24,2 %	14,2 %	28,4 %	26,3 %	17,6 %	30,1 %	25,0 %	13,9 %	26,3 %	49,3 %	33,9 %
	Pouca confiança	37,6 %	41,3 %	45,1 %	33,2 %	39,7 %	36,6 %	44,3 %	43,0 %	48,7 %	43,8 %	30,7 %	46,4 %	36,6 %	32,2 %	33,5 %	40,7 %	32,4 %	24,9 %	23,8 %
	Nenhuma confiança	27,2 %	18,7 %	24,8 %	21,3 %	27,2 %	15,5 %	14,1 %	33,0 %	24,9 %	38,0 %	27,4 %	23,5 %	40,8 %	29,5 %	37,3 %	44,9 %	35,2 %	10,8 %	25,6 %
	Suma	19424 (100%)	1168 (100%)	1121 (100%)	1156 (100%)	1136 (100%)	979 (100%)	1180 (100%)	1179 (100%)	949 (100%)	939 (100%)	974 (100%)	1096 (100%)	928 (100%)	973 (100%)	1156 (100%)	1175 (100%)	994 (100%)	1153 (100%)	1168 (100%)

Fonte: Latinobarômetro, 2010.

Tabela 4

		Identificador de país																	
		Argenti na	Bolív ia	Brasil	Col ômb ia	Costa Rica	Chil e	Equad or	El Salva dor	Guatem ala	Hond uras	Méxic o	Nicará gua	Pana má	Parag uai	Peru	Repú blica Domi nicana	Urugu ai	Venez uela
Confiança no governo	Alta confia nça (muita)	7,2%	11,7 %	14,1 %	13,9 %	10,6 %	11,4 %	9,4%	16,9 %	5,6%	18,4 %	5,8%	15,8 %	20,8 %	12,8 %	1,5%	9,4%	26,7 %	21,1%
	Média (pouca e algum a confia nça)	66,8%	64,6 %	69,4 %	69,9 %	73,1 %	76,7 %	75,6 %	67,7 %	59,2%	57,5 %	72,1 %	51,2 %	61,4 %	67,8 %	66,9 %	50,2 %	65%	55,3%
	Baixa (nenhu ma)	26,1%	23,7 %	16,5 %	16,1 %	16,3 %	16,3 %	15%	15,4 %	35,2%	24%	22,1 %	33,1 %	17,8 %	19,3 %	31,7 %	40,5 %	8,4%	23,6%

Fonte: Latinobarômetro, 2010.

De acordo com a tabela 1 podemos notar que **Brasil, El Salvador, Paraguai e República Dominicana** atestam que a maioria da opinião pública dos respectivos países está ‘muito de acordo’ ou ‘de acordo’ com a possibilidade de o governo desobedecer à lei, o parlamento e as instituições para tratar de uma situação difícil. De modo distinto, a opinião pública da **Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela** posiciona-se principalmente em desacordo à possibilidade.

Com a Tabela 2 podemos notar que somente a opinião pública do **Equador** atesta concordar em manter uma democracia sem Congresso, com uma porcentagem de 55,6%. Por outro lado, os venezuelanos foram os maiores defensores do Congresso, com um 84,6% deles dizendo que sem o Congresso não seria possível haver uma democracia.

A tabela 3 nos mostra que as opiniões públicas do **Uruguai e Venezuela** atestam confiar no Congresso, com a maioria dos participantes respondendo que tem ‘muita’ ou ‘alguma’ confiança nele. De modo distinto, as opiniões públicas dos países seguintes atestam não confiar no Congresso: **Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana**, já que a maioria dos entrevistados desses países atestou que tem ‘pouca’ ou ‘nula’ confiança nele.

De acordo com a tabela 4, notamos que a confiança da opinião pública latino-americana no governo possui variações de um país a outro. No entanto, é notável que nenhum país da América Latina posta em análise possui alta confiança no Governo - a despeito dos impulsos de hiperpresidencialismo que se apresenta em diferentes graus nos respectivos países. **Venezuela** apresentou o maior grau de confiança, com um 21,1% das pessoas respondendo que tem ‘alta confiança’. Por outro lado, é em **República Dominicana** onde se apresente o maior grau de desconfiança, com um 40,5%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a percepção da opinião pública latino-americana nas instituições políticas possui variações de um país a outro, entretanto nenhum desses países possui alto nível de confiança. É esta percepção que afeta o desenvolvimento da democracia na América Latina, porque conecta os procedimentos democráticos ao modo como as pessoas vivenciam e percebem a realidade política a qual estão inseridas. Os dados relativos à desconfiança institucional apontam que as democracias latino-americanas possuem dilemas os quais, a despeito do avanço nos procedimentos formais, podem atuar como entraves à consolidação democrática.

Tendo por base a literatura sobre o hiperpresidencialismo, a capacidade de o Executivo conduzir o processo político – inclusive com prerrogativas legislativas – permite que ele aja e seja visto como ator privilegiado. De acordo com os dados obtidos pelo Latinobarômetro, o hiperpresidencialismo é expresso no acordo da maior parte da opinião pública latino-americana quando concorda que o governo possa desafiar as instituições em prol da governabilidade. Notamos que o modo como as pessoas percebem o Executivo afeta a desconfiança que tem das instituições políticas em geral, pois a confiança se estende a todo o sistema político. Assim, até mesmo o Executivo pode assumir baixos índices de confiança – ainda que num quadro de hiperpresidencialismo – porque a eficiência do Estado é toda ela comprometida.

Esta pesquisa nos possibilitou avançar na descrição sobre percepção pública das democracias latino-americana, e por isso nos estimula a continuar e refinar ainda mais os instrumentos de análise.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- BAQUERO, Marcello. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. **Sociedade e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 181-192, 2011.
- BEIRED, J. L. B. A Direita Nacionalista na América Latina: personagens, prática e ideologia. In: LIMONIC, F.; MARTINHO, F. C. P. (Org.). **Os Intelectuais do Antiliberalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CAVAROZZI, Marcelo. Ação presidencial na América Latina: antecedentes históricos e uma tipologia do século XXI. In: FAUSTO, Sérgio (Org.). **Difícil democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- EASTON, D. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GUTIERREZ, E.; STAHL, K. **Evaluación intermedia 2010 – Informe breve**. Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, 2011.
- IAZZETTA, Osvaldo. Luzes e sombras da democracia na Argentina: conquistas e temas pendentes. In: FAUSTO, Sérgio (Org.) **Difícil democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- LAMOUNIER, Bolívar. Tendências anti-institucionais no Brasil pós-transição: populistas, “picaretas” e carbonários. In: FAUSTO, Sérgio (Org.) **Difícil democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- LATINOBARÔMETRO. (2010). Disponível em: www.latinobarometro.org/
- LINDBLOM, Charles E. **O processo de decisão política**. Brasília: Ed. UNB, 1980.
- LINZ, Juan,. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, P. C. (Org.). **O Estado Autoritário e os Movimentos Populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LEYDET, D.. Crise da Representação: o modelo republicando em questão. In: CARDOSO, S. (Org.). **Retorno ao Republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MÁRQUEZ, Jesús Silva-Herzog. Ineficácia, captura e feitiços: México, uma democracia imatura. In: FAUSTO, Sérgio (Org.) **Difícil democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MELO, Marcus André. Equilíbrios e desequilíbrios de poderes na América Latina. In: FAUSTO, Sérgio (Org.) **Difícil democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- MOISÉS, J. A.. Democracia e Desconfiança das Instituições Democráticas. In: FAUSTO, Sérgio (Org.). **Difícil democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- NINO, Carlos. El hiperpresidencialismo argentino y las concepciones de la democracia. In: NINO, Carlos; GARGARELLA, Roberto et al. **El presidencialismo puesto a prueba**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992.

PENFOLD, Michael. La democracia subyugada: el hiperpresidencialismo venezolano. **Revista de ciência política (Santiago)**, v. 30, n. 1, p. 21-40, 2010.

PONTE, V. M. D.. Determinantes e Consequências da Desconfiança no México. In: MOISÉS, J. A. (Org.). **Democracia e Confiança**. São Paulo: EDUSP, 2010.

SCHMITT, C.. Sobre a diferença entre sistema parlamentar e democracia. In: SCHMITT, C.. **A Crise da Democracia Parlamentar**. São Paulo: Ed. Scritta, 1996.

STEPAN, A.. **Corporativismo e Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1. Principais Indicadores da Argentina.....	5
Figura 2. Principais Indicadores do Brasil.....	6
Figura 3. Principais Indicadores da Bolívia.....	6
Figura 4. Principais Indicadores do Chile.....	7
Figura 5. Principais Indicadores da Colômbia.....	7
Figura 6. Principais Indicadores da Costa Rica.....	8
Figura 7. Principais Indicadores de El Salvador.....	8
Figura 8. Principais Indicadores do Equador.....	9
Figura 9. Principais Indicadores da Guatemala.....	9
Figura 10. Principais Indicadores de Honduras.....	10
Figura 11. Principais Indicadores do México.....	10
Figura 12. Principais Indicadores da Nicarágua.....	11
Figura 13. Principais Indicadores do Panamá.....	11
Figura 14. Principais Indicadores do Paraguai.....	12
Figura 15. Principais Indicadores do Peru.....	12
Figura 16. Principais Indicadores da República Dominicana.....	13
Figura 17. Principais Indicadores do Uruguai.....	13
Figura 18. Principais Indicadores da Venezuela.....	14
Tabela 1.....	15
Tabela 2.....	16
Tabela 3.....	17
Tabela 4.....	18